

A missionação na Diocese de Cabo Verde no Século XVII: alguns aspectos da missionação jesuíta entre 1604 e 1642

Carlene Recheado

Mestranda pela Universidade Nova de Lisboa

Estagiaria do projecto Resgate – Arquivo Histórico Ultramarino

crecheado@gmail.com

A expansão marítima cria um movimento de descompartimentação do mundo, e foi entre outros aspectos, um processo de exportação de ideias e práticas cristãs para o ultramar. Este processo foi influenciado por dois factores, primeiramente, a própria evolução do cristianismo na Europa, principalmente no século XVI por conta da Reforma Protestante e a resposta a esta, no chamado Concílio de Trento; depois pelo processo expansionista português, o seu progresso, o relacionamento com os os outros povos e com as outras potências europeias.

Neste trabalho nos propomos a analisar o caso cabo-verdiano, incidindo sobre o apostolado jesuíta. Os objectivos deste texto passam pela percepção da dinâmica missionária, tendo em conta o contexto sócio - económico “cabo-verdiano” da primeira metade do século XVII e da exploração da evangelização jesuítica nas ilhas. Para análise desta questão dispomos de um conjunto de cartas anuais, uma intensa correspondência entre os representantes do poder régio e a coroa luso – espanhola e as crónicas do padre Fernão Guerreiro.

Este trabalho faz parte de uma investigação em curso, sobre a missionação na Diocese de Cabo Verde, no século XVII, para a elaboração da nossa dissertação de mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos. Para este trabalho, delimitamos o tema a nível espacial, dada a vastidão da diocese. Por isso, optamos por centrar o nosso trabalho apenas no arquipélago de Cabo Verde.

O objecto da nossa investigação não se encontra muito explorado, quando comparado com outras questões da história cabo-verdiana, todavia, já foi abordado por alguns autores. A vida do padre Baltazar Barreira, superior da missão de Cabo Verde, foi divulgada ainda no século XVII em obras clássicas de historiografia jesuíta, pelos padres Fernão Guerreiro, António Franco e Baltazar Teles. O padre Francisco Rodrigues na *História da Companhia de Jesus e Assistência em Portugal* faz uma abordagem geral sobre a missão dos Inacianos na diocese de Cabo Verde. Autores como os padres Henrique Pinto Rema, Joaquim Dias e Francisco Leite nos seus estudos sobre

missão dos capuchinhos no arquipélago cabo-verdiano, referem a importância da evangelização da companhia de Jesus naquela região.

Em 1996, Nuno da Silva Gonçalves publica a sua tese de doutoramento intitulado, *Os Jesuítas e a Missão de Cabo Verde (1604 – 1642)*, em que faz uma análise geral da missão, explorando mais a fundo a questão da sua estagnação e seu encerramento.

A Sociedade cabo-verdiana

Para compreendermos a actividade missionária nas ilhas de Cabo Verde é de primordial importância estudarmos os factores que tiveram peso no processo de formação da sociedade cabo-verdiana. Esta foi formada num contexto geográfico marcado pela descontinuidade territorial, por uma composição étnica específica e pela identidade geográfica definida pela sua localização no Atlântico. Aliás, esta pertença ao Atlântico condicionou o curso da história das ilhas, até ao nível religioso. Conforme Correia e Silva, o Atlântico aparece como um espaço de relações económicas, políticas, e sociais, que modificam com a dinâmica histórica¹ e a estabilidade entre estas relações decide conjunturas. De acordo com as mutações que ocorreram nesta área do Atlântico, a importância geo – estratégica de Cabo Verde conheceu momentos altos e outros de declínio.

O arquipélago de Cabo Verde está situado a cerca de 450-500 km da costa africana, é formado por 10 ilhas e 5 ilhéus. Com uma área total de 4033,37 km², tem em contrapartida um espaço marítimo exclusivo que ultrapassa os 600 000 km². As ilhas formam dois agrupamentos: as ilhas de Barlavento (S. Antão, S. Vicente, S. Luzia, S. Nicolau, Sal, Boavista), e as ilhas de Sotavento (Maio, Santiago, Fogo e Brava). Devido a sua localização geográfica (na zona Sub - Saheliana), o território é caracterizado por condições climáticas de aridez e semi – aridez. Deste modo, as secas e as consequentes fomes foram constantes ao longo da história do país. As condições climáticas constituem o problema central da população.²

¹ CORREIA e SILVA, *A influência do Atlântico na formação dos portos em Cabo Verde*, Instituto de Investigação Científica, Lisboa, 1990, p.5.

² Amaral, Ilídio do, Cabo Verde: Introdução Geográfica in ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.) *História Geral de Cabo Verde*, Vol. I, Instituto de Investigação Científica Tropical – Direcção - Geral do Património Cultural de Cabo Verde, Lisboa, 1991, p.1.

Havia fortes entraves para a colonização do arquipélago, mas a sua situação geografia se tornaria ainda no século XV, o grande motor de povoamento das ilhas. Situadas, a meio caminho entre a América do Sul e a Europa, e entre a África Austral e a América do Norte, as ilhas poderiam servir não só como um importante ponto de escala no Atlântico, mas também de trampolim para possíveis investidas de reconhecimento e exploração da costa ocidental africana, bem como do sul do Atlântico. Para incentivar o povoamento da ilha de Santiago, a coroa portuguesa consagra diversos privilégios a àqueles que se dispusessem a fixar residência na ilha, através da carta régia de 1466.³ Este diploma estabelece garantias fiscais e comerciais no vantajoso comércio da Guiné.

Nesse mesmo ano chegam em Santiago os primeiros franciscanos, frei Rogério e frei Jaime, que iniciaram a evangelização em Ribeira Grande. A carta régia de 1466, veio trazer um novo alento ao povoamento das ilhas cabo-verdianas. Nos finais da centúria de quatrocentos, a ilha de Santiago, já possuía duas povoações⁴: a vila da Ribeira Grande, actual Cidade Velha, e a vila de Alcatrazes, actual cidade da Praia, capital do país. Por esta altura, a ilha do Fogo começa a ser povoada. Sete anos mais tarde, e depois de sentidas os primeiros efeitos da carta régia, a coroa através de uma outra, agora de 1472, limita os privilégios dos moradores de Santiago, passando a estarem autorizados a comercializar na Guiné com produtos naturais da ilha, e em armações feitas na ilha⁵.

Ainda em 1466, o primeiro núcleo populacional é constituído pela família do capitão donatário, António de Noli e alguns homens vindos do Algarve e do Alentejo. As prerrogativas dadas aos moradores e a situação geográfica atraem portugueses, castelhanos, e genoveses de diferentes origens sociais. Para Santiago afluía aventureiros, degredados, pequenos mercadores, escudeiros, cavaleiros e criados do rei a procura de enriquecimento rápido, através do comércio com a “terra firme da Guiné”. Esses homens e um pequeno número de “pretos livres”, com recurso a milhares de escravos construíram em menos de um século uma pequena cidade virada para o Atlântico – Ribeira Grande na ilha de Santiago.

³ ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, Liv.14, fl. 104; Livro das Ilhas, fl. 10, de 12 de Junho de 1466 publicado in António Brásio, *MMA*, 2ª série Vol. I, pp.431-435.

⁴ BALENO, Ilídio Cabral, Povoamento e Formação da sociedade, in *HGCV*, Vol. I, p.130

⁵ ANTT, Livro das Ilhas, fl.2v-4, de 8 de Fevereiro de 1472 publicado in António Brásio, *MMA*, 2ª série, Vol. I, pp. 446-450.

No arquipélago, Santiago era a ilha que apresentava bons portos, e boas nascentes de água doce, as ilhas de Santo Antão e São Nicolau também possuíam boas nascentes de água, mas em contrapartida não possuíam grandes portos. Nas restantes ilhas, excepto a ilha da Brava, praticamente não havia água. A segunda ilha a ser povoada foi a do Fogo, dada a proximidade de Santiago e por ser uma grande produtora do algodão. As ilhas de Santo Antão e São Nicolau, já na década de 70 do século XVI ostentavam pequenos núcleos populacionais. As restantes ilhas do arquipélago, só tardiamente, já no século XVII, foram devidamente povoadas, embora vinham sendo aproveitadas para a criação de gado, como nos dá a conhecer Valentim Fernandes.⁶

A estrutura social no período cronológico estudado é do tipo piramidal, no topo encontramos os brancos europeus. A seguir, aos brancos encontramos os africanos livres e forros, e na base posiciona-se a grande população de escravos africanos.

Havia uma grande diversidade no seio dos “principais da terra”, principalmente com o nascimento das primeiras gerações de “filhos da terra” começa a haver uma clara distinção entre o estatuto de “morador” e o de “vizinho”. Os “moradores”, eram considerados todos os naturais, ou indivíduos que vindos de fora casaram ou viviam a mais de quatro anos na ilha. Enquanto, que o “vizinho” era o morador abastado, proprietário de casas ou terrenos. Mesmo dentro da própria categoria dos vizinhos, havia uma distinção entre “vizinhos negros” e “vizinhos homens honrados brancos”.

Os “vizinhos negros” embora preenchendo os requisitos, não eram autorizados a participar nas assembleias concelhias e votar nas eleições dos magistrados locais até 1546. A percentagem de negros e mulatos vai aumentando gradualmente, e mesmo entre esses “filhos da terra” havia diferenças sociais. Os mulatos, filhos de pais europeus e mães negras, situavam em vários níveis na estrutura social. Herdavam da mãe o estatuto de cativos, e quando reconhecidos pelos seus pais, se tornavam homens livres.

A legitimação foi durante a época em estudo, um dos principais meios de ascensão social. Para além dos mulatos alforriados pelos seus pais, começa a crescer um grande número de escravos libertos, esses indivíduos eram na sua maioria escravos domésticos que mantinham relações próximas com os seus senhores e que recebem a alforria como recompensa. Quando livres, sentiam grandes dificuldades em conseguir trabalho renumerado, porém, alguns, graças a intervenção dos seus antigos senhores conseguiram cargos modestos na administração e no sistema comercial.

⁶ Valentim Fernandes, *op. cit.*, pp.741-745.

Com uma sociedade assente na mão – de - obra escrava, os escravos vão formar o grande objectivo da doutrinação e apostolado jesuíta nas ilhas. Nos primeiros tempos, os escravos eram trazidos de toda a costa africana; mas, com a entrada em cena de outras potências coloniais (França, Holanda, Inglaterra), a reserva de escravos da coroa ficou reduzida aos limites da actual Guiné - Bissau que englobava, até 1886, a Casamansa (Senegal).

É nesta sociedade profundamente estratificada e diversificada que os jesuítas chegam em inícios do século XVII para por em prática o seu projecto missionário.

A Diocese de Cabo Verde

Por conta do pedido de D. João III, o papa Clemente VII, em 31 de Janeiro de 1533 cria a diocese Santiago e confirma o seu primeiro Bispo, D. Brás Neto. Para acolher a Diocese a Vila de Ribeira Grande de Santiago é elevada à cidade e nasce o projecto da construção da catedral de Ribeira Grande.⁷

A diocese de Cabo Verde, para além de agrupar as ilhas do arquipélago, estendia-se numa faixa territorial de cerca de 320 léguas, que iniciavam no rio Gambia, até ao rio de Santo André, actualmente Sassandra na Costa do Marfim. A área abrangida pela ampla Diocese, ultrapassava os limites de influência portuguesa, principalmente a sul onde abrangia territórios como a Serra Leoa, e ainda no Golfo da Guiné⁸.

A 12 de Setembro de 1534, mais de um ano depois da criação da Diocese e confirmação do Bispo, o monarca português, por Carta Régia às autoridades seculares do arquipélago ordena que “[...] dê[s] e faça[s] muy inteiramente dar a dita pose, asy no espirituall, como no temporall, de todas a cousas que pertemçem ao dito bispado [...]”⁹ ao procurador de D. Brás Neto, que viajava para Santiago para “amdar nogoçendo a dita pose”. Contudo, o prelado faleceu, antes da tomada de posse, sem nunca chegar a residir na diocese.

Dada a vastidão do bispado, a sua heterogeneidade, física, étnica, religiosa e cultural, (onde encontramos povos cristãos, animistas e islamizados), os bispos muitas

⁷ António Brásio, *MMA*, 2ª série, Vol II, pp. 232 – 234.

⁸ SANTOS, M. Emília Madeira, SOARES, Maria João, Igreja, missão e sociedade *in HGCV*, Vol. II, p.372

⁹ ATT – CC, I – 53 de 12 de Setembro de 1534 publicado *in* António Brásio, *MMA*, 2ª série, Vol II, p.266.

vezes, não conseguiam cumprir com as visitas anuais ¹⁰estipuladas pelo concílio de Trento, sendo assim a cobertura eclesiástica não era igual para todo o território.

Quanto a estrutura eclesiástica, a actividade religiosa do bispado era semelhante ao praticado na Europa cristã quinhentista. Este modelo foi transportado também para as restantes ilhas do atlântico e para o Brasil. Deste modo, a diocese de Cabo Verde encontrava-se organizada numa rede de paróquias, com base na freguesia. O sargento mor da ilha de Santiago, Francisco de Andrade, no seu relatório sobre a vida económica e social do arquipélago de Cabo Verde, datada de 26 de Janeiro de 1582 informa que “[...] En todas estas ylhas nomeadas há ygrejas, tirando a ylha do Sal, Santa Luçia, Sant Vicente[...]”¹¹.

Em 1595, o tesoureiro mor da Sé de Santiago, Fernando Novais de Queiroga, encontrava-se em Lisboa para solicitar a construção de uma igreja na ilha de São Nicolau e a colocação de um pároco a custa dos dízimos da ilha á semelhança do que já acontecia em Santo Antão, esta informação consta de um documento de sete de Setembro do mesmo ano e entra em total contradição com a relação do sargento mor. A solicitação do tesoureiro deixou bem patente o problema da falta de clérigos, que se fazia sentir na diocese – “[...] na ilha de San Nicolau pasava de três annos que se não confesavam nem admistravam os sacramentos por falta de cura [...]”¹².

Para além de ser, em número reduzido o corpo clerical de Cabo Verde, recebia com irregularidade os seus ordenados. Para solucionar este problema o monarca português em carta régia de 28 de Setembro de 1571, ordenou que se “[...] lhes fizesem aos tempo e da maneira que comtinha e era declarado em suas cartas e provisões [...]”¹³.

Em inícios da década de setenta do século XVI, os capelões das igrejas do bispado com menos de duzentos fogos por freguesia viram os seus ordenados aumentados em mais 30 mil réis por ano, com a condição de ensinarem a doutrina cristã ao povo, quando o bispo determinasse¹⁴. Podemos tirar algumas elações desta medida de D. Sebastião, a doutrina cristã não devia ser ensinada aos habitantes da diocese ou se o era não estava dentro das normas tridentinas. A intenção do monarca era introduzir no

¹⁰ SANTOS, M. Emília Madeira, SOARES, Maria João, ob. cit., p.266.

¹¹ AGS – Guerra Antigua, maço 122, fl 180 Relação de Francisco de Andrade publicado in MMA, 2ª série, Vol. III, p.98.

¹² ATT – Mesa da Consciência e das Ordens, Liv. I, fl.67 v. – 68 Publicado in MMA, 2ªsérie, Vol. III, p.381.

¹³ ATT – Chancelaria da Ordem de Cristo, Liv. 2, fls, 37v-38, de 28 de Setembro de 1571 publicada in MMA, 2ªsérie, Vol. III, p.21.

¹⁴ ATT- Chancelaria da Ordem de Cristo, Liv. 2, fls.51v- 52, de 20 de Março de 1572, publicado in MMA, 2ªsérie Vol. III, pp.28- 31.

bispado uma evangelização do tipo “ascendente”, começando o apostolado no seio do povo.

A ilha de Santiago, que segundo Francisco de Andrade, contava com 508 vizinhos, possuía já oito freguesias, sendo elas a freguesia de S. João Baptista (Ribeira de António), Santa Catarina do Mato, Santo Amaro (Ribeira do Tarrafal), São Miguel (Ribeira dos Flamentos), Santiago (Ribeira Seca), São Lourenço (Ribeira dos Órgãos), São Nicolau Tolentino (Ribeira de São Domingos), e a de Nossa Senhora da Luz (Ribeira de Alcatrazes), com os seus curas, que administravam diariamente o sacramento da Eucaristia. Para além dessas freguesias, a ilha estava dotada de uma série de ermidas de devoção onde também se rezava a missa.

Na ilha do Fogo havia duas freguesias com as respectivas igrejas, a primeira de invocação a Santiago e São Filipe e a igreja de São Lourenço, com os seus respectivos vigários. As ilhas de Santo Antão, Boavista, Maio e Brava, não estão ainda na época abrangida pelo estudo, organizadas segundo o sistema de freguesias. Contudo, já possuíam igrejas e um capelão que administrava os sacramentos temporariamente ou em momentos mais importantes para o catolicismo, como a Quaresma. S. Nicolau e S. Luzia, ainda no século XVI, não gozavam de uma igreja, enquanto as ilhas de São Vicente e do Sal, as últimas a serem povoadas, permaneceram até o século XVII, sem nenhuma estrutura religiosa. A primeira igreja extra – insular é construída em Cacheu em honra da Nossa Senhora do Vencimento, o seu primeiro pároco foi apresentado em 1598¹⁵.

É relevante notar este desfasamento em relação ao avanço da igreja católica nas ilhas. A igreja encontrava-se mais implementada nas duas principais ilhas (Santiago e Fogo), deixando as restantes ilhas remetidas a fraca existência do clero secular, e do clero regular. As periféricas ilhas do Oriente, Norte e Brava, não conheceram nesta época uma actividade missionária, como as ilhas de Santiago e fogo, na medida que o fenómeno da evangelização estava intimamente associada, a conjuntura política e económica dos territórios colonizados.

Um outro factor, que contribuiu para esta disparidade, foi o facto do grupo clerical ser durante estes séculos muito reduzido, o que era agravado pela regular falta de bispos na diocese, principalmente, a partir de inícios de seiscentos, quando a emigração do reino, diminuiu significativamente, fazendo-se notar no número de

¹⁵ ATT – Chancelaria da Ordem de Cristo, Livro 10, fls. 216- 216 v de 20 de Fevereiro de 1598 publicado in MMA, 2ª série, Vol. III, p.407.

clérigos. Uma vez, que a promoção de clérigos as ordens sacras e ordenações sacerdotais era uma prerrogativa exclusiva do prelado¹⁶.

Os Jesuítas em Cabo Verde

A relação dos jesuítas com a sociedade colonial cabo-verdiana sofreu mudanças durante o tempo de missionação. E deve ser entendida com um dos factores do fracasso da actividade apostólica da companhia na diocese. Neste ponto do trabalho será feita uma pequena reflexão sobre a prática evangelizadora, nas ilhas de Cabo Verde e o contacto dos padres com a sociedade local.

A missão jesuítica no arquipélago de Cabo Verde começou em 1604, com a chegada da primeira expedição à ilha de Santiago. O início desta missão resultou de intensos anos de negociações entre a coroa portuguesa e os jesuítas da província portuguesa. A intenção da coroa era construir na ilha de Santiago um colégio, que pudesse servir de base à cristandade das ilhas e da costa da Guiné. A partir, do colégio iriam evangelizar no “ rio de São Domingos e outros rios da costa”¹⁷. Para a sua sustentação, foi estabelecido a quantia de 200. 000 réis que estavam destinados ao seminário de Cabo Verde¹⁸.

O padre Baltazar Barreira foi escolhido para superior da missão, com ele chega às ilhas de Cabo Verde, os padres Manuel de Barros e Manuel Fernandes e o irmão Pedro Fernandes¹⁹. O apostolado no arquipélago durou cerca de 38 anos e quanto a relação dos padres com a sociedade local pode ser dividida em duas fases.

A primeira fase, pode ser vista à luz da documentação da época, como sendo uma fase amistosa e de bom relacionamento entre os missionários com os elementos da sociedade local. Estes anos de adaptação ao clima doentio da cidade de Ribeira Grande e a sociedade cabo-verdiana de seiscentos, vão até 1620. Neste ano, a missão encontrava-se remetida ao arquipélago de Cabo Verde. Em 1619, com a morte do padre Manuel Álvares na Serra Leoa, e devido a precariedade da missão, pelo fraco número de

¹⁶ SANTOS, M. Emília, SOARES, Maria João, ob. cit. p. 414.

¹⁷ ARSI – Lus., vol. 83, fl.330 de 6 de Maio de 1596 publicado in António Brásio, *MMA*, Vol. III, p.386

¹⁸ D. Sebastião mandou construir um seminário na ilha de Santiago, porém nunca chegou a ser construído.

¹⁹ Baltazar Tellez – *Chronica da Companhia de Iesu da Província de Portugal*, Lisboa, M. DC.XLVII, II, P.632-33 publicado in António Brásio, *MMA*, 2ª série Vol. IV, p.35.

contingentes e pelas suas “condições financeiras oficiais”²⁰, dá-se o fim da evangelização na costa africana.

A partir de 1620, vemos aumentar o clima de tensão entre os membros da companhia e a sociedade das ilhas, que conduz a sua cisão.

Um claro exemplo desta cisão, é uma carta do padre jesuíta Sebastião Dias, de 30 de Maio de 1627, onde considera a missão como fracassada e pede a saída dos missionários do arquipélago. Começa por mencionar as “[...] contradições, estorvos, e inconvenientes [...]”²¹. Queixa-se do rigor do clima, que havia ceifado a vida de muitos irmãos e padres, da “perseguições das gentes da terra”.

Fazendo uma clara caracterização dos moradores:

A gente desta ilha hé muy pouca, e se entre todos os moradores della se acharem vinte homnes da governança que de todo seião brancos e destes não raro são os que não seião da nação[judeus] [...] mais os que mais se notam são treiçois, injurias, falsidade e sobretudo um vicio o vicio torpe, por onde raros são aqui dos nascidos na ilha os que são legítimos.²²

Contudo, um ano antes, em 15 de Abril de 1626, a câmara de ilha de Santiago havia escrito ao rei, fazendo queixas contra os padres da Companhia de Jesus, escrevendo que:

[...]os dittos padres aqui viverem, que comem da fazenda de V. Majestade quinhentos mil réis em cada hum anno, e não pregão nem são letrados, nem sabem de pobre nem doente, nem vestião os pobres do hospital nem os prezos da cadeia e somente se esmerão em ajuntar fazenda[...].²³

Quanto a actividade evangelizadora, em virtude das especificidades do arquipélago, encontramos perante um espaço insular, em que a sociedade não apresentava camadas mais recentes e mais antigas. Entre os “principais da terra” não encontramos gentios, o que não permitiu, como de resto aconteceu nos Rios da Guiné e na Serra Leoa, a prática de uma evangelização descendente. Os escravos/gentios encontravam-se na base da estrutura social. Sendo assim, a conversão começou de baixo para cima.

²⁰ SANTOS, Maria Emília e SOARES, Maria João, ob. cit. p. 443.

²¹ ARSI., Lus., Cód. 83, fls. 316- 321 e 401 -405 de 30 de Maio de 1627 publicado in António Brásio, *MMA*, 2ª série Vol V, p. 179.

²² *Ibidem*, p. 184.

²³ A.H.U., Cabo Verde, cx 1, doc. 138. – ARSI., Lus., Cód. 83, fl. 367 de 15 de Abril de 1626 publicado in António Brásio, *MMA*, 2ª série, Vol V. P. 154.

Segundo a carta de 11 de Junho de 1607, as ocupações dos jesuítas passavam por “[...]pregar todos os dias santos, confessar a todas as horas, fazer doutrinas, ler latim aos meninos e casos, aquém os ouvir [...]”²⁴; e, por outro lado, dedicaram – se a conversão de escravos. A catequização e o baptismo dos negros foram uma grande preocupação dos religiosos, uma vez que, os senhores donos de escravos para fugir ao pagamento da verba prescrita para este sacramento deixavam morrer os escravos nas “trevas da gentildade”. Para fazer face à este problema os jesuítas deram ordem aos meninos da cidade para os avisarem “[...] de todos os pretos gentios em adoecendo, pêra serem baptizados [...]”²⁵.

A conversão ao catolicismo por parte dos gentios era feita de forma superficial, não esquecendo as práticas seculares bem enraizadas nas suas culturas. Os jesuítas tentaram combater muitas destas práticas e superstições que os “cabo-verdianos” dos inícios do século XVII. Estas crenças estavam ligadas à morte, e a algumas doenças, que acreditavam ter origem no ódio. Para procurar a cura destas “enfermidades”, os moradores recorriam ao trabalho dos *Jabacouces*²⁶. E ainda segundo os religiosos, havia outros “pecados” que arruinavam a sociedade local, o facto de muitos moradores viverem em mancebia, e de trabalharem aos domingos e dias santos. Na carta anual de 1612, o padre Baltazar Barreira, relata uma grande fome nas ilhas, que ele pensava ser castigo de Deus pelos comportamentos desviantes dos habitantes das ilhas. Porém, a fome foi consequência de um dos muitos períodos de seca, que o arquipélago enfrentou ao longo da sua história. Ainda, segundo o documento, a fome originou muitas mortes, roubos, e prostituição. A seguir, veio uma praga de moscas, que dizimou o gado, e outra de bexigas que fez aumentar o número de mortes. Conforme a narração do jesuíta, a chuva só voltou, quando os residentes se arrependeram.

O ensino foi uma área bastante privilegiada na cidade de Ribeira Grande, um grande exemplo deste empenho na educação dos jovens, é o relato deixado, pelo padre António Dias, onde afirma dar aulas de Português e Latim, a vinte alunos, em 1613²⁷. Porém, este razoável número de alunos deixava de ter aulas quando os padres viajam para a costa da Guiné.

²⁴ ARSI- Lus., cód. 74 fls. 90-91v. – cód. 83, fls. 298 – 299v de 11 de Junho de 1607 publicado in António Brásio, MMA 2ªsérie Vol. IV, p. 278.

²⁵ Ibidem, p.278.

²⁶ Espécie de sacerdote animista

²⁷ ARSI – Lus., cód. 106, fls. 414- 417v. de Outubro de 1613, publicado in António Brásio , MMA, 2ªsérie Vol. IV, P.538.

Em síntese, devemos ter em conta que nos encontramos perante um caso de insucesso missionário. A missão dura 38 anos, sendo que a maior parte desses anos é caracterizado pela ruptura dos padres com a sociedade local. Sociedade, que era vista, pelos jesuítas como sendo degradante, cheia de “vícios da gentildade”, isenta de bons costumes, e totalmente corrompida de “pecados”. Esta visão dos missionários mostramos o choque perante uma sociedade insular que nasce virada para o mar, e possui uma grande diversidade étnica e cultural. Neste contexto, e dada a pequenez do espaço, o estilo de vida da ilha entra em contradição com os valores morais do ocidente europeu.

Contudo, seria um dado até certo ponto contornável, se a emergente sociedade cabo-verdiana não tivesse rompido com os membros da missão e pedido a substituição dos padres por uma missão de frades capuchos.

A partir, da década de 20 do século XVII, verificamos uma mudança de atitude face a sociedade local. Nesta época, tinham perdido o principal foco da missão. A evangelização na costa africana havia sido encerrada, com a morte do padre Manuel Álvares, na Serra Leoa, em 1619. Se a evangelização nos rios da Guiné, tinha sido o principal objectivo da missão na diocese de Cabo Verde, com a retirada para Santiago, não havia mais motivos para continuar na diocese. A missão na Costa Africana findou devido ao clima “doentio”²⁸, a falta de missionários e recursos. Sem o rico terreno missionário, que representava os Rios da Guiné, a missão cabo-verdiana, não queria permanecer numa ilha com um clima considerado mortífero, onde se queixavam das “calúnias” dos moradores e sobretudo, num lugar onde ao contrário na “terra firme da Guiné” não havia gentios.

Em 1642, os padres abandonariam a ilha de Santiago; a missão havia conhecido 21 missionários, um número bastante reduzido, dada a vastidão da diocese e as muitas mortes no seio dessa comunidade.

Sendo inexistente o povoamento antes da presença portuguesa, a Igreja Católica encontrou nas ilhas de Cabo Verde uma sociedade emergente que não possuía uma religião organizada, estruturada, e reconhecida à sua semelhança. Isto porque os escravos estando privados da liberdade e desenraizados da sua comunidade, não podiam conservar na autenticidade as suas práticas religiosas, nem a sua originalidade e a tradição. Enquanto, que em outras áreas de missionação, nomeadamente na Costa

²⁸ Durante os primeiros anos de colonização do arquipélago de Cabo Verde, a população branca das ilhas sofreu de muitas moléstias devido ao chamado clima “doentio” das ilhas. O termo “doentio” abunda na documentação consultada por nós. Todavia, este problema derivava do contacto dos europeus com um clima tropical que lhes era estranho.

Ocidental Africana, a evangelização era descendente, os missionários iniciaram o seu apostolado com a conversão dos chefes locais e de seus familiares directos. Em Cabo Verde, por não existir uma aristocracia indígena para converter, praticaram a evangelização dos escravos africanos.

Os indícios da permanência de crenças africanas no arquipélago são elevados mesmo com a conversão ao catolicismo, os africanos continuaram com suas práticas religiosas na esfera privada²⁹. Nas ilhas, devido as especificidades étnicas acima mencionadas, encontramos uma conversão em dois sentidos, a do africano ao catolicismo, e a do europeu a rituais trazidos pelos escravos. Sendo que a primeira é oficial, administrada pela igreja e pelos seus missionários, e a segunda resulta da interacção entre os dois grupos humanos e é sistematicamente combatida pela Igreja. Grande parte da população tinha ao seu dispor, representantes das duas componentes religiosas. Por um lado temos o padre católico, enviado pelo poder temporal, e representante da igreja de Roma, e por outro o *jabacouce* africano “sacerdote \ médico”, de uma forma informal.

Para concluir, recordemos a importância que a missionaçõ detém nas sociedades em que se insere. A Igreja transmite hábitos, crenças, valores que fazem parte dos padrões culturais do ocidente europeu, e se traduz em um forte elemento de aculturaçõ, e por isso, as sociedades que nascem deste encontro e miscegenaçõ de culturas têm uma importante herança cristã. Cabo Verde, neste sentido, confirma a regra e constitui mais um espaço em que a Igreja teve importância fulcral na construçõ da sociedade local.

²⁹ SANTOS, M. Emília, SOARES, Maria João, ob. cit. pp.453 – 455

Bibliografia consultada

1. Fontes Impressas:

ALBUQUERQUE, Luís, SANTOS, Maria Emília, *História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental*, Vol I e II Lisboa: Junta de Investigação Científica Tropical: Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1988- 1991.

BRÁSIO, António, *Monumenta Missionária Africana*, II série, Vols. I; II; III; IV; V, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952-1971.

GUERREIRO, Fernão - *Relação Anual das Coisas que Fizeram os Padres da Companhia de Jesus nas suas Missões*(prefácio, direcção e edição), 3 vols. Imprensa da Nacional, Lisboa, 1930- 1942.

2. Estudos:

ALBUQUERQUE, Luís, SANTOS, Maria Emília – *História Geral de Cabo Verde*, Vol I e II, Lisboa : Junta de Investigação Científica Tropical: Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1990.

ALBUQUERQUE, Luís de (Dir.), *Dicionário de História dos Descobrimentos*, Lisboa: Caminho, 1994.

ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, nova ed. Preparada e dirigida por Damião Peres, Vol. I, II, III, Porto: Portucalense Editora, Livr – Civilizações Editora, 1967 – 1971.

AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. II, III, IV Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, Mem Martins, Circulo de Leitores, 2000- 2001.

- *História Religiosa de Portugal* - Vol. I, II, III, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Circulo de Leitores, 2000-2002.

ANDRADE, Elisa Silva - *As ilhas de Cabo Verde da «descoberta à independência nacional (1460-1975)*, L'Harmattan, 1996. Paris

Azevedo, Carlos Moreira (Dir.), *Dicionário de história Religiosa de Portugal*, Circulo de Leitores

BARCELLOS, Christiano José de Senna, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte I, II, III, Academia Real das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1899.

BERSANI, Jacques, BALADIER, Charles – *Grande Atlas das Religiões*, Lisboa : Página Editora, 2000.

BRANGERT, William V., *História da companhia de Jesus*, tradução portuguesa de Joaquim de Santos Abranches e Ana M. Lago da silva, Porto – São Paulo, Livraria Apostolado da imprensa, Edições Loyola, 1985.

BRÁSIO, António – *História e Missionaço: Inéditos e Esparsos*, Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1973.

CANAVARRO, Pedro, um a «traça jesuítica para a cidade de S. Tiago de Cabo Verde, in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa IV*, série, nº1(1976-1977), pp.385-403

CARREIRA, António – *Estudos da Economia Caboverdiana*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1892.

_ *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e ilhas de Cabo Verde (1810-1850)*, Lisboa: Junta de Investigação Científica do Ultramar, Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 1981.

CARREIRA, António Mendes – *Ultramar Português*, Vol. II : As ilhas de Cabo Verde, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1959.

COHEN, Zelinda – «Subsídios para a História Geral de Cabo Verde, Contrato de Arrendamentos para cobrança das rendas subsídios reais das ilhas de Cabo Verde», 1501-1560, sep. de *Studia* , 53 (1994).

GONÇALVES, Nuno da Silva- *Os Jesuítas e a Missão em Cabo Verde (1609-1642)*, Lisboa : Bróteira, 1996.

MANSO, Maria de Deus Beites – A Companhia de Jesus na Índia 1542 – 1622, Aspectos da sua acção cultural, Vol. I, Évora: Universidade de Évora, 1999. Dissertação de Doutoramento em História.

MOTA, A. Teixeira da – *As Viagens do Bispo D. Frei Vitorino Portuense à Guiné e a cristianização dos Rios de Bissau*, Lisboa: Junta de Investigação Científica Tropical, 1974.

REGO, A. da Silva, Curso de Missionologia, Lisboa, 1960.

REMA, Henrique Pinto – As missões Católicas Portuguesas no Atlântico Sul no Século XVII, Lisboa: sep. de *Itinerarium*, 43(159), 1997.

SANTOS, Maria Emília Madeira – As Estratégicas Ilhas de Cabo Verde ou a “Fresca Serra Leoa”, Lisboa : Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988.

SILVA, António Leão A.C.C – A influencia do Atlântico na Formação dos Portos em Cabo Verde, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1990.

THOMAZ, Luís Filipe – Descobrimientos e Evangelização, da Cruzada à missão pacífica in *Congresso Internacional de História : Missionação e encontro de Culturas, Cristianização Portuguesa até ao século XV, Evangelização Interna, Ilhas Atlânticas e África Ocidental*, Vol.I, Braga : Universidade católica Portuguesa, 1993.

WRIGHT, Jonathan – *As Jesuítas, missões, mitos e histórias*, Lisboa: Quetzal, 2005.

